



Somos TNS, somos serviço público, somos resistência.

ATENS SN cobra cumprimento de cláusulas do acordo do PCCTAE e solicita reunião com o MGI



Documento foi protocolado junto ao Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos nesta sexta-feira (30/05)

O ATENS Sindicato Nacional protocolou, nesta sexta-feira (30), o Ofício nº 012/2025, direcionado à ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, com cópia para o secretário de Relações de Trabalho, José Lopez Feijóo, e para o secretário de Gestão de Pessoas, José Celso Cardoso Jr. No documento, a entidade cobra o cumprimento das cláusulas não remuneratórias do Termo de Acordo nº 11/2024, assinado em 27 de junho de 2024, e solicita a abertura de agenda para retomar o diálogo com o governo federal.

Passados 336 dias desde a assinatura do acordo, diversas pautas continuam sem qualquer resolutividade, o que tem gerado frustração e indignação por parte da categoria dos Técnicos de Nível Superior (TNS). O ATENS denuncia que, além de não terem sido contemplados na representação oficial nas negociações, os TNS foram mais uma vez prejudicados na reestruturação da matriz salarial do PCCTAE, com reajuste de apenas 14,5%, o menor entre todas as classes. Os cargos de Médico e Médico Veterinário, inclusive, foram completamente ignorados nas tratativas.

"A reedição da lógica de que 'quem ganha menos tem prioridade' ignora o fato de que o PCCTAE já tem o menor salário básico de todo o funcionalismo federal e que os TNS apresentam uma defasagem inexplicável em relação a outras carreiras de nível superior do serviço público federal", afirma o documento.

O ofício também chama atenção para o retrocesso na estrutura da carreira, com a adoção da classe E como referência e o consequente achatamento dos cargos de nível superior. Segundo o ATENS SN, a medida reverte avanços conquistados desde 2007, quando os TNS obtiveram, após forte mobilização junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a quebra da linearidade da tabela, que garantiu uma efetiva valorização para os TNS.

Cláusulas descumpridas

Entre os principais pontos cobrados pelo sindicato estão as cláusulas não remuneratórias do acordo, que foram construídas ao longo de mais de três meses de negociação e que, até agora, não foram efetivadas. O ATENS destaca cláusulas como:

- Cláusula Quarta – Regulamentação da RSC pela CNSC/MEC (prazo de 180 dias)
- Cláusula Quinta – Revisão do Decreto 9.991/2019 até dezembro/2024
- Cláusula Oitava – GT para tratar dos servidores que ainda estão no PUCRCE
- Cláusula Nona – Reenquadramento dos aposentados no PCCTAE
- Cláusulas Décima e Décima Primeira – Regulação da jornada nos Hospitais Universitários (RJU), incluindo hora ficta e plantão 12×60
- Cláusula Décima Terceira – Diversas demandas como afastamento para pós-graduação, adicionais de insalubridade e periculosidade, reconhecimento de títulos obtidos no exterior, racionalização de cargos, jornada de 6 horas, democratização das IFES, entre outros.

Retomada do diálogo

Diante desse cenário, o ATENS SN reforça sua disposição ao diálogo e solicita formalmente uma agenda com o Ministério da Gestão, para dar continuidade às discussões e garantir que os compromissos firmados com os servidores técnicos-administrativos em educação sejam honrados.

"É preciso respeito à categoria dos servidores ocupantes de cargos de nível superior. Não é mais aceitável que sejamos ignorados nas negociações e penalizados nos resultados", afirma a presidente do ATENS SN, Angela Lobo Costa, na conclusão do ofício.

A luta do ATENS Sindicato Nacional continua em defesa da valorização dos Técnicos de Nível Superior, da reestruturação justa da carreira e do cumprimento integral dos acordos assinados com o governo federal.

Acesse o site do ATENS SN e baixe aqui o ofício completo:
<https://atens-sn.org.br/2025/05/30/atens-sn-cobra-cumprimento-de-clausulas-do-acordo-do-pcctae-e-solicita-reuniao-com-o-mgi/>



ATENS debate mudanças no Regime Jurídico Único e alerta para riscos ao serviço público

Ação especial marcou o mês do(a) Trabalhador(a) com conteúdos informativos e live com especialistas

Em celebração ao Dia do(a) Trabalhador(a), o ATENS Sindicato Nacional promoveu, ao longo do mês de maio, uma série de ações de conscientização sobre as recentes mudanças no Regime Jurídico Único (RJU), consolidado pela Lei 8.112/1990. A iniciativa teve como objetivo informar e mobilizar os servidores públicos diante dos efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2135, que reacendeu o debate sobre a Emenda Constitucional 19/1998.

A principal atividade foi a live “Mudanças no Regime Jurídico Único: impactos e desafios para os servidores públicos”, realizada no dia 13 de maio, com transmissão ao vivo pelo canal do ATENS no YouTube. O debate contou com a presença de José Celso Cardoso, Secretário de Gestão de Pessoas do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), e da advogada Andréa Munemassa, assessora jurídica do sindicato.

A EC 19, conhecida como parte da “Reforma Administrativa de FHC”, modificou o artigo 39 da Constituição Federal, permitindo diferentes regimes de contratação para servidores públicos e flexibilizando regras de gestão de pessoal. Em novembro de 2024, o STF concluiu o julgamento da ADI 2135 e manteve a validade da emenda, autorizando a coexistência de regimes diversos no serviço público. A decisão, ainda não publicada oficialmente, preocupa os servidores por abrir margem para precarização, perda de direitos e enfraquecimento da estrutura do Estado.

Estabilidade e insegurança jurídica

Durante a live, os convidados explicaram que os efeitos da decisão do STF valem apenas para situações futuras e não alteram as garantias dos servidores já concursados. No entanto, alertaram para a insegurança jurídica gerada pela ausência de diretrizes claras sobre contratações futuras.

A advogada Andréa Munemassa destacou que a decisão pode representar uma ameaça à continuidade e à qualidade do serviço público: “A decisão abre brechas para vínculos mais frágeis, sem garantias de estabilidade, o que compromete a continuidade das políticas públicas e torna o servidor mais vulnerável a pressões políticas”.

Já José Celso reforçou a importância da estabilidade como elemento estruturante do serviço público e alertou para os riscos da PEC 32/2020, que busca limitar essa garantia a carreiras típicas de Estado: “A estabilidade é uma conquista que garante não só os direitos dos servidores, mas também a qualidade do serviço prestado à sociedade”.

Previdência e impacto social

Outro ponto abordado foi o impacto previdenciário da flexibilização do RJU. A adoção de múltiplos regimes pode enfraquecer a previdência pública, criar desigualdades entre servidores e comprometer a sustentabilidade do sistema.

A live também recebeu perguntas do público sobre temas como aposentadorias, vínculos em universidades e os efeitos da decisão para servidores antigos. Uma das situações citadas foi a resistência à implantação da Ebserh em hospitais universitários, como na UFSM, ilustrando os efeitos concretos da fragmentação dos regimes de contratação.

Celso também informou que, após a publicação oficial da decisão do STF, é possível que sejam apresentados embargos de declaração para esclarecer pontos ainda obscuros e que há possibilidade de modulação de efeitos, o que pode limitar a aplicação da decisão no tempo.

Campanha de mobilização

Além da live, o ATENS produziu uma série de conteúdos sobre o RJU durante o mês de maio, explicando o histórico da legislação, os efeitos da EC 19 e o impacto da decisão do STF na vida dos servidores públicos. A iniciativa buscou reforçar o compromisso do sindicato com a defesa da estabilidade, dos direitos trabalhistas e da valorização do funcionalismo público.

Ao encerrar a transmissão, os convidados reforçaram o caráter político da decisão e a importância da mobilização coletiva: “Esse não é um tema restrito ao campo jurídico. É uma questão política, institucional e sindical que precisa ser enfrentada coletivamente”, concluiu José Celso.

A íntegra da live segue disponível no canal do ATENS no YouTube e é altamente recomendada a todos os servidores públicos que desejam compreender melhor os desafios que se colocam diante do atual cenário.



ATENS participa do 9º Congresso Internacional de Direito Sindical e reforça a importância da escuta, da comunicação e da representatividade sindical

Nos dias 8 e 9 de maio, a cidade de Fortaleza (CE) sediou o 9º Congresso Internacional de Direito Sindical, evento que reuniu 500 lideranças sindicais, advogados trabalhistas, dirigentes de centrais sindicais, pesquisadores, professores, além de representantes do Ministério Público do Trabalho e da OAB. O ATENS Sindicato Nacional marcou presença com uma delegação expressiva de sua diretoria nacional e representantes das seções sindicais.

Com o tema “Relações de trabalho em crise”, o congresso refletiu sobre os desafios enfrentados pelo sindicalismo diante das profundas mudanças econômicas, sociais e políticas que impactam as relações laborais em todo o mundo. A pauta incluiu debates sobre a evasão sindical, os impactos das novas tecnologias, o assédio nas relações de trabalho, a equidade de gênero e a redução da jornada.

Para a presidente do ATENS Sindicato Nacional, Angela Lobo Costa, o evento destacou a urgência de transformar a representação dos trabalhadores, considerando as novas formas de trabalho que surgem com a reconfiguração do mundo contemporâneo.

“A adoção de tecnologias de comunicação mais interativas e imediatas é uma das ferramentas mais importantes para dialogar com os trabalhadores e buscar construir coletivos que fortaleçam a defesa de direitos e proteção. Podemos concluir que a aproximação com as bases se dará pela escuta das suas demandas, pela capacidade dos sindicatos de organizar a luta a partir da representatividade da categoria, por meio de estratégias que desenvolvam consciência de classe e apoio contra agressões a direitos conquistados”, destacou a dirigente.

Participaram do congresso:

- Angela Lobo Costa, Diretora Presidente do ATENS SN
- Rosa Cavalcante, Vice-presidente
- Rosário Oliveira, Diretora de Administração e Finanças
- Wilza Pinto, Diretora de Articulação Nacional
- Aquiles Castanheira, Diretor de Comunicação
- Gléce Coser, Diretora de Formação Sindical
- Wilson Franklin, Presidente da ATENS UFC Seção Sindical
- Raquel Dantas do Amaral, Diretora de Finanças da ATENS UFC Seção Sindical
- Francisco Kennedy, Diretor de Política Sindical da ATENS UFC Seção Sindical
- Venice Grings, Vice-presidente da ATENS UFSM Seção Sindical
- Fátima Castro, Secretária Geral da ATENS UFRN Seção Sindical
- Fátima Cardoso, Diretora de Aposentados da ATENS UFRN Seção Sindical
- Djailson Delgado, Diretor de Comunicação da ATENS UFRN Seção Sindical
- Mário Ribeiro, filiado da ATENS UFRA Seção Sindical

A delegação participou de painéis e mesas redondas que trataram das tendências do direito sindical no Brasil e no mundo, da importância da representatividade na recomposição da força dos sindicatos e da necessidade de renovação das estratégias de atuação frente às novas realidades do mundo do trabalho.

A presença do ATENS no evento reforça o compromisso da entidade com a formação sindical, o fortalecimento da atuação coletiva e a defesa dos direitos dos Técnicos de Nível Superior (TNS) das instituições públicas de ensino.

**Fortaleça a luta dos
Técnicos de Nível
Superior: filie-se ao
ATENS e garanta voz
ativa na defesa dos
seus direitos!**



Filie-se ao Atens

ATENS intensifica articulação no Congresso Nacional em defesa dos servidores

Entre os dias 6 e 8 de maio, o ATENS Sindicato Nacional esteve em Brasília em mais uma importante mobilização pela valorização do serviço público e dos direitos dos servidores. A agenda teve início com um café da manhã promovido pela Pública - Central do Servidor em sua nova sede, reunindo lideranças de diversas entidades sindicais.

Durante os três dias, representantes do ATENS visitaram gabinetes de parlamentares na Câmara dos Deputados, levando as principais reivindicações da categoria. Entre os temas discutidos, destaque para:

- *PEC 6/2024 (antiga PEC 555): que propõe o fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas;*
- *PEC 66/2023: proposta com o mesmo objetivo, que também conta com o apoio de diversas entidades;*
- *PLP 21/2023: que garante a contagem de tempo de serviço durante a pandemia de Covid-19, retirado de forma injusta, apesar da continuidade do trabalho remoto e presencial dos servidores.*

A participação ativa do ATENS em Brasília reafirma o compromisso da entidade com a articulação política e o acompanhamento direto das pautas que afetam os Técnicos de Nível Superior e o conjunto dos servidores públicos federais. As ações de maio marcam a continuidade da estratégia sindical de pressão no Congresso e diálogo com os parlamentares.

ENQUANTO DESMONTAM O ESTADO, NÓS CONSTRUÍMOS RESISTÊNCIA.



O ATENS É SUA TRINCHEIRA.

ATENS CADA VEZ + PERTO

TELEGRAM

O ATENS Sindicato Nacional está no Telegram! Quer participar da construção das propostas do sindicato e ter as suas demandas ouvidas? Então corre e clica no link para entrar no grupo:
<https://t.me/atenssindicato>

Vamos construir juntos! O Sindicato somos nós!

WHATSAPP

Receba as notícias do ATENS Sindicato Nacional no seu Whatsapp! Para fazer parte da Lista de Transmissão, salve o contato (31) 99856-3436 e envie uma mensagem com seu nome e Seção Sindical. Salve nosso número para receber as notícias diretamente.

Todas as informações serão enviadas através da lista de transmissão, garantindo a privacidade do seu contato. Compartilhe informações relevantes e envie suas opiniões para nós.

(31) 99856-3436

